

PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE ORGÂNICOS DA CIDADE DE PONTA GROSSA

Maria Helena da Fonseca (UTFPR) mhelena_06@hotmail.com
Juliana Vitória Messias Bittencourt (UTFPR) julianavitoria@utfpr.edu.br
Claudia Tania Picinin (UTFPR) claudiapicinin@utfpr.edu.br

Resumo:

A preocupação dos consumidores com a sua qualidade de vida, acaba fazendo com que ocorra um aumento nas vendas de produtos orgânicos, que além de não agredirem o meio ambiente, são mais saudáveis e possuem um valor agregado. O objetivo desse artigo é diagnosticar o perfil dos agricultores familiares produtores de orgânicos da cidade de Ponta Grossa. A metodologia utilizada foi e um estudo de caso exploratório, onde foram aplicados questionários para os agricultores com o intuito de poder obter as principais características dos produtores de orgânicos locais. Conclui-se que os agricultores familiares da cidade produzem olerícolas e frutas orgânicas como meio de subsistência da sua família.

Palavras chave: Agricultor Familiar, Produtos Orgânicos, Olerícolas e Frutas.

DIAGNOSIS OF THE PROFILE OF FAMILY FARMERS PRODUCERS OF ORGANICS OF THE CITY OF PONTA GROSSA

Abstract

The concern of consumers with their quality of life, ends up causing an increase in sales of organic products, which not only do not harm the environment, are healthier and have added value. The objective of this article is to diagnose the profile of organic family farmers in the city of Ponta Grossa. The methodology used was an exploratory case study, where questionnaires were applied to farmers in order to obtain the main characteristics of local organic producers. It is concluded that the family farmers of the city produce olerícolas and organic fruits as a means of subsistence of their family.

Key-words: Family Farmer, Organic Products, Vegetables and Fruits.

1. Introdução

Em meio a um cenário de crise econômica no país, o preço dos alimentos impacta diretamente no orçamento familiar e muitas vezes as pessoas acabam tendo que trocar alguns tipos de produtos para conseguir fazer as compras sem extrapolar o orçamento. Mesmo com uma diferença de preço entre os produtos, ainda o consumo de alimentos orgânicos vem crescendo no mundo, devido à preocupação com a saúde e o bem estar (FAO, 2016).

O consumo de alimentos orgânicos vem aumentando, gradativamente desde que a preocupação com a qualidade de vida tem sido um assunto constante na vida das pessoas, mudar os hábitos alimentares tem sido um processo frequente, mas o consumidor busca produtos frescos, saudáveis, com qualidade e um preço bom (STEFANO, 2013).

Com o passar dos anos o agronegócio, passou por vários tipos de mudanças, um dos fatores responsáveis por esse processo foi o aumento da competitividade que fez com que o processo de gestão fosse aperfeiçoado para realizar os negócios de uma forma mais dinâmica e ágil. O

valor dos tributos cobrados pelo governo incide diretamente sobre o custo final de produtos ou serviços do setor do agronegócio (CARVALHO; LIMA; THOMÉ, 2015).

A metodologia aplicada nesse artigo tem caráter exploratório com a aplicação de questionário para os agricultores familiares. Dessa forma o presente trabalho tem como objetivo fazer um diagnóstico do perfil dos agricultores familiares produtores de orgânicos da cidade de Ponta Grossa. Com base no contexto introdutório a problemática dessa pesquisa é: Qual é o perfil das principais características dos agricultores familiares produtores de orgânicos da cidade de Ponta Grossa?

Esse trabalho se justifica devido a grande importância que a agricultura familiar tem para o país, especialmente o ramo de orgânicos que é um setor promissor que está crescendo constantemente. Entretanto os trabalhos relacionados aos agricultores familiares produtores de orgânicos ainda é baixo.

2. Perfil do Produtor Agrícola Familiar

A agricultura familiar é composta por pequenos e médios produtores, é um setor que se destaca devido a sua grande importância para produção alimentos, também contribui com a geração de empregos e com o crescimento econômico do país (DESANOSKI; CHIES, 2014).

Até a década de 1970 os produtores agrícolas produziam os alimentos, para o seu próprio consumo e trocavam os alimentos que sobravam por outros produtos que a família precisasse. Assim sua subsistência estava assegurada e a continuidade da família e da comunidade (COSTA et al., 2014). No Brasil existem dois modelos de produção agrícola: a agricultura familiar e a agricultura patronal (MOREIRA et al., 2014).

Na agricultura familiar as decisões são tomadas pelo agricultor em conjunto com a sua família, possuem uma produção de alimentos variada e priorizam a qualidade de vida. Por outro lado, a agricultura patronal possui características diferentes da agricultura familiar, pois mantém uma organização mais centralizada e especializada, padronizando suas práticas, com funcionários assalariados e a gestão é feita a parte do trabalho dos funcionários (BRASIL, 2006).

De acordo com a Secretária de Estado de Produção e Agricultura Familiar – SEPAF, a produção de orgânicos já está difundida por todo país, o que acabou tornando estes produtos mais acessíveis aos consumidores, até mesmo em cidades do interior e na merenda escolar também podem ser encontrados esses produtos (SEPAF, 2016).

Uma política pública criada pelo governo federal com o intuito de incentivar os agricultores e produtores rurais a se adequarem e regularizarem a sua situação como empresas formais, seja em forma de cooperativas e ou associações, foi à criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Por meio do PNAE os agricultores fornecem alimentos e produtos caseiros fabricados por suas famílias para a merenda escolar das escolas públicas do país, dessa forma os alunos recebem um alimento nutritivo, tem uma fonte de rendimento alternativa (EMATER, 2016; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016; PADOVAN et al., 2014).

Para que um produtor rural possa ser fornecedor desses programas de incentivo público é preciso também estar filiado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que tem a função de fazer com que as famílias consigam obter uma renda própria, com o trabalho familiar, por meio da prestação de serviços do tipo rural agropecuário, podendo ser feito em áreas rurais ou na comunidade ao redor (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016).

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada, e está muito presente no estado do Paraná principalmente na região Sudeste. Cada grupo de agricultores, possui suas características específicas, que podem variar de acordo com as suas experiências, a sua herança cultural deixada pelos seus antepassados, a limitação de recursos, os fatores socioeconômicos e as estratégias aplicadas para sobreviver por meio da produção de alimentos (CAVALLET; RIBEIRO; MARTINS, 2013; BUAINAIN; SABBATO; GUANZIROLI, 2016).

De acordo com Model e Denardin (2016) e Ribeiro, et al., (2016), o agricultor familiar encontra algumas dificuldades para poder produzir e comercializar os seus produtos como:

- A diminuição da mão de obra familiar, pois os filhos dos agricultores estão saindo das propriedades para poderem estudar e muitos acabam conseguindo outros empregos, o que acaba reduzindo o número de pessoas da família que trabalha na propriedade;
- Falta de formalização do próprio negócio, para poder vender os produtos em diferentes canais de venda;
- Dificuldade em atender os requisitos necessários exigidos pelo mercado, devido a falta de capacitação técnica,
- Dificuldade para definir os canais de venda, fazer o controle dos custos e a formação do preço de venda adequado;
- A falta de uma associação ou uma cooperativa que auxilie os produtores familiares a conseguirem obter um maior poder de negociação para venda dos seus produtos e obter maiores descontos na compra dos insumos.

Uma característica das propriedades rurais é a informalidade, onde a relação baseia-se nos valores pessoais e na comunicação, criando um laço de confiança. O processo de aprendizagem externa para os agricultores, varia de acordo com a sua cultura, mas a resistência a mudança é uma barreira encontrada durante esse processo, pois muitos agricultores não concordam em ter que fazer mudanças na sua propriedade e na forma da tomada de decisão (SIMIONI; BINOTTO; BATTISTON, 2016).

2.1 Produção de Orgânicos

No Brasil com a criação da Lei nº. 10831/2003 a agricultura orgânica passou a ser regulamentada, mas as diretrizes só foram estabelecidas com o Decreto nº. 6323/2007 que definiu as regras para obtenção da certificação e como seriam fiscalizados os produtos orgânicos (SEBRAE, 2016).

O Artigo 1º da Lei da Agricultura Orgânica nº. 10831/2003 define:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possíveis métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, p. 1).

Os alimentos orgânicos são alvos constantes de dúvidas por parte dos consumidores, pois não há como saber se realmente estes alimentos foram produzidos de maneira orgânica ou

convencional, a certificação no rótulo do alimento é uma maneira de aumentar a credibilidade e a confiabilidade do consumidor com relação ao produtor (JANSSEN; HAMM, 2012).

A maioria das pessoas vem se preocupando mais com a sua qualidade de vida, principalmente com o consumo de alimentos saudáveis, isso inclui diretamente o consumo de alimentos orgânicos. Entretanto algumas pessoas, acabam não comprando esse tipo de alimento devido ao seu preço, embora busquem um estilo de vida mais saudável, acabam sendo motivadas a comprar produtos que estejam na promoção, sem se importar com os malefícios ou benefícios para saúde (HSU; CHEN, 2014).

A população está se conscientizando de que consumir alimentos orgânicos, além de trazer benefícios à saúde, também faz bem para o meio ambiente, são produzidos de maneira ética, não provocam impactos ambientais, o uso dos recursos renováveis faz com que ocorra uma melhor conservação do meio ambiente para as próximas gerações (LEE; YUN, 2015).

Cada país determina as regras, leis, normativas e ou decretos para que os produtores que desejam produzir alimentos e ou produtos orgânicos, possam se adequar as normas e obter as certificações desejadas, aumentando a credibilidade na sua propriedade e em seus produtos. Como por exemplo os produtores norte-americanos, que acabam utilizando práticas orgânicas na produção, mas não têm interesse em se certificar devido ao custo que isto implicaria. Pois a margem de lucro, já é obtida de qualquer forma e os produtores já tem os seus consumidores fixos, o que acaba não influenciando na decisão de se certificar (VELDSTRA; ALEXANDER; MARSHALL, 2014).

Também há consumidores, que já tem o costume de ir até as propriedades para comprar os produtos orgânicos, e que acabam tendo uma maior confiança no produtor que mesmo não sendo certificados, já conhecem o sistema produtivo e como funciona a produção na propriedade, são clientes que adquirem alimentos de qualidade, frescos, com a confiança de saber sua origem (VELDSTRA; ALEXANDER; MARSHALL, 2014).

Mesmo a produção de alimentos orgânicos sendo um setor promissor, ainda existem dificuldades que precisam ser sanadas para melhorar sua eficiência, como a capacitação dos produtores, a dificuldade em encontrar insumos, principalmente devido o preço de venda que acaba sendo mais elevado e desmistificar os elementos envolvidos na formação do custo do produto final (SEPAF, 2016; RICHARDS; LIAUKONYTE; STRELETSKAYA, 2016).

2.2 Certificação dos Produtores de Orgânicos

O potencial da produção de alimentos orgânicos está ligado diretamente com a agricultura familiar no Brasil. A certificação de produtos orgânicos é um meio que possibilita, a interação dos produtores com a gestão administrativa, facilitando o processo produtivo, aumentando a eficiência da produção (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006).

A certificação de produtos orgânicos é uma maneira de se aplicar um sistema de qualidade, podendo dispor garantias e benefícios aos consumidores. Para implementação de um sistema de qualidade deve ser feito um planejamento de forma estruturada, que envolva todas as etapas do processo produtivo, a fim de cumprir todas as normas estabelecidas no processo de certificação. A falta de treinamentos e incentivos por parte do governo acarreta em limitações para os produtores rurais (TSELEMPIS et al., 2015).

A certificação de um produtor orgânico implica em custos, o que acaba provocando uma retração em adquirir os selos de certificação para os produtos, entretanto em alguns países como na União Europeia e nos Estados Unidos os produtos que são comercializados como orgânicos

devem ser identificados na embalagem por selos de órgãos certificadores sem cumprir esta exigência esses produtos não podem ser vendidos (AURIOL; SCHILIZZI, 2015).

Mesmo com todo o processo de certificação, ainda existem dúvidas se durante o processo produtivo se realmente todas as normas são seguidas a risca, pois infelizmente há pessoas que usam de má fé e acabam comercializando produtos que são convencionais mais são vendidos como se fossem orgânicos. (AURIOL; SCHILIZZI, 2015).

Para que o produtor consiga obter uma certificação pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico - IBD certificações, todos os requisitos e normas devem ser preenchidos, como por exemplo, realizar a desintoxicação do solo por um período que varia entre um ano até três anos, quando na área de produção havia uso da agricultura convencional, também não podem ser utilizados nenhum tipo de agrotóxico e adubos químicos. Alguns dos seguimentos atendidos pelo IBD são: a produção agrícola, o processamento de alimentos, a pecuária de corte e leite, a produção de insumos, entre outros (IBD, 2016).

O processo de certificação de produtos orgânicos envolve diversos custos como: pagar um valor correspondente à taxa cobrada para se filiar ao órgão certificador, além de arcar com todos os custos de análises do solo e ainda pagar o responsável que irá inspecionar a propriedade, incluindo as suas despesas durante esse processo de inspeção e vistoria, sem contar o investimento feito para se adequar ao sistema orgânico produtivo (CÉSAR; BATALHA; PIMENTA, 2008).

As diferenças culturais e comportamentais influenciam na decisão da compra de produtos, em alguns locais o preço baixo é visto como algo negativo como se o produto não tivesse tanta qualidade, enquanto em outros locais a comparação do valor do preço não influi na qualidade, neste caso os consumidores buscam produtos mais baratos de acordo com as suas possibilidades financeiras (AERTSENS et al., 2009).

O aumento no consumo de alimentos orgânicos deve-se à sensação de bem estar, e de estar adquirindo mais que um alimento, uma qualidade de vida. Um alimento mais fresco e saboroso, produzido de maneira que contribui com a proteção do meio ambiente. Geralmente os produtos orgânicos são produzidos e vendidos na própria cidade, o que acaba contribuindo para a economia local quando uma venda é feita, uma renda está sendo gerada para uma família (AERTSENS et al., 2009).

3. Metodologia

Do ponto de vista do objeto a pesquisa é de campo e quanto a natureza a pesquisa é aplicada. Porque será realizada uma parte prática para ser feita a coleta dos dados em campo.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa é qualitativa e quantitativa. Porque na parte prática será preciso aplicar um questionário com questões abertas e fechadas e para tabulação dessas respostas será feito uma análise estatística.

Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa será exploratória. Porque foi realizado estudos multicaseos com visitas a três propriedades de agronegócio. A coleta de dados foi realizada no mês de junho, com a aplicação de questionários para os agricultores familiares produtores de orgânicos.

A população abordada nesta pesquisa foram os agricultores familiares produtores de orgânicos da cidade de Ponta Grossa. A amostra escolhida é do tipo não probabilístico e foi escolhida por conveniência, devido os agricultores residirem na cidade de Ponta Grossa, o que facilita acesso.

Na tabulação dos dados e análise dos resultados das Análises Descritivas utilizou-se o programa IBM SPSS Statistics v.23 (Software Package Used For Statistical Analysis).

4. Resultados e Discussão

O questionário foi aplicado para três agricultores familiares produtores de orgânicos da cidade de Ponta Grossa. Primeiramente foi realizada uma análise descritiva dos dados que podem ser observadas na Tabela 1.

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Tempo que trabalha com agricultura familiar?	14,00	13,00	5,57	9,00	20,00
Qual é a origem da propriedade da família?	3,00	4,00	1,73	1,00	4,00
Há quantos anos a família possui essa propriedade?	22,33	24,00	8,62	13,00	30,00
Faturamento anual com a produção de olerícolas	7866,67	8000,00	230,94	7600,00	8000,00
Faturamento anual com a produção de frutas	4000,00	3600,00	3815,76	400,00	8000,00
Canais de venda utilizados	4,67	5,00	1,53	3,00	6,00
Custo anual dos canais de venda	66,67	40,00	46,19	400,00	120,00
Interação com órgãos públicos locais e regionais	1,67	1,00	1,15	1,00	3,00
Considera os preços dos insumos?	1,67	2,00	0,58	1,00	2,00
Itens utilizados na composição do preço de venda	4,00	5,00	1,73	2,00	5,00
Custos diretos utilizados na composição do custo dos produtos	1,33	1,00	0,58	1,00	2,00
Custos indiretos utilizados na composição do custo dos produtos	1,67	2,00	0,58	1,00	2,00
Situações em que as decisões de formação de preço de venda são da maior importância	3,33	4,00	1,15	2,00	4,00

Tabela 1 – Análise Descritiva da base de dados
Fonte: Autoras (2017).

Conforme pode ser observado na análise descritiva a média do tempo que os agricultores trabalham com a agricultura familiar é de 14 anos, sendo que o menor tempo registrado foi de 9 anos e o maior tempo 20 anos. A média da origem da propriedade obtida foi de 3 o que significa que 67% obtiveram a propriedade por meio de herança dos pais enquanto que 33% compraram de parentes a propriedade, enquanto que a média do tempo de posse da propriedade foi de 22 anos sendo que o menor tempo obtido foi de 13 anos e o maior tempo 30 anos.

Entre as classes de produtos que podem ser produzidas pelos agricultores familiares estão: as olerícolas, as frutas, as carnes e ovos e os produtos processados. Foi constatado que 60% dos

agricultores produzem olerícolas e 40% produzem frutas, sendo que o faturamento médio obtido com a classe das olerícolas é de R\$ 7866,67 e o faturamento da classe das frutas R\$ 4000,00 significa que a classe das olerícolas é a que oferece aos produtores familiares um melhor retorno financeiro no ano.

A média de canais de venda utilizados obtida foi de 4,67, sendo que 60% utilizam os Programas do PAA e PNAE, 20% vendem de porta a porta com a entrega de cestas de produtos, 20% participa do programa Feira Verde da cidade. Enquanto que a média foi de 66,67 para realizar a entrega dos produtos para os canais de venda, o que corresponde um valor mensal de R\$ 40,00 para realizar entrega de produtos para o PAA e o PNAE, e R\$ 80,00 para entregar para o Programa do Feira Verde.

Assim como foi observado no estudo de Padovan et al., (2014) o canal principal de comercialização dos produtos dos agricultores familiares são os programas do governo PAA e PNAE, que foram desenvolvidos para incentivar que estes agricultores continuem produzindo alimentos, e o valor pago é estipulado pelo governo para que todos recebam o mesmo valor para cada tipo de produto. Esses programas possuem um contrato por um tempo determinado, que pode ser renovado anualmente, desde que os agricultores familiares continuem cumprindo os requisitos exigidos.

A interação com órgãos públicos obteve uma média de 1,67 sendo que das alternativas oferecidas as opções marcadas foram, 33% Universidades que já interagiram com pesquisas acadêmicas e 67% marcaram a resposta outros, pois a interação anual com a Conab que auxilia no projeto para venda de alimentos para os Programas Governamentais PAA e PNAE e uma empresa que já comprou alimentos dos agricultores no início da produção o que facilitou a inserção de informações e conhecimentos com relação a plantação de orgânicos.

Com relação se os preços dos insumos são levados em conta para formulação do preço de venda, a média obtida foi de 1,67 que corresponde que 67% dos agricultores não consideram esses preços, enquanto que 33% consideram os valores pois os insumos são caros e devem ser levados em conta para o preço de venda.

Conforme observado por SEPAF (2016), os insumos representam um gasto relativamente alto para os agricultores familiares, e este custo deve ser considerado para formulação do preço de venda dos alimentos, pois todos os custos diretos e indiretos da produção devem ser considerados para se obter um preço justo, em que os agricultores consigam pagar todas as suas despesas relativas a produção e obter uma margem de lucro.

Quanto aos itens utilizados para compor o preço de venda a média foi de 4,00 destes 33% responderam que consideram o valor dos preços dos produtos das feiras, enquanto que 67% optaram por outros o que significa que um dos respondentes faz uma média dos preços praticados nos mercados e nas feiras enquanto o outro faz o preço de acordo com o que acha correto.

Assim como foi observado por Richards, Liaukonyte e Streletskaya (2016) existe uma diferença entre os preços de venda praticados pelos mercados, mas geralmente é possível ter um preço de referência médio, para que o consumidor possa saber se o que está pagando é um valor promocional, justo ou abusivo, essa base de preços auxiliar os produtores na formação do preço de venda do seu produto.

A média obtida dos custos diretos foi de 1,33 destes 17% consideram as horas trabalhadas no mês, 33% consideram os salários e 50% o custo pago anualmente com taxas para renovar a certificação do IBD. A média obtida dos custos indiretos foi de 1,67 destes 16% consideram o

gasto com água mensal, 17% consideram o gasto com telefone e internet, 17% o valor gasto com combustível e 50% consideram o gasto mensal de energia elétrica.

De acordo com Auriol e Schilizzi (2015) a produção de alimentos tem todo um custo envolvido, que inicialmente poder ser alto, embora seja um investimento que se paga com o decorrer do tempo, pois o produtor está investindo em um comércio que será sua fonte de renda, principalmente no caso dos produtos orgânicos certificados e vendidos de maneira justa, para definição do preço de venda devem se levar em conta todos os custos envolvidos no processo produtivo.

A média das Situações em que as decisões de formação de preço de venda são da maior importância foi de 3,33 sendo que 33% das respostas considera alterações climáticas como uma situação que interfere no preço de venda dos alimentos, enquanto que 67% marcaram a opção outros e comentaram que nenhuma situação interfere na mudança do preço de venda dos produtos.

5. Conclusão

A agricultura orgânica é uma forma alternativa de cultivo de alimentos, que auxilia na preservação do meio ambiente pois é sustentável, devido a não utilização de produtos químicos e agrotóxicos nos alimentos. A preocupação das pessoas com uma vida mais saudável possibilitou o aumento na venda e no consumo desses alimentos, que antes eram encontrados em poucos lugares e agora já são vendidos em vários canais de venda, sendo que um dos principais meios é a venda em feiras na qual o produtor vende diretamente os seus produtos aos consumidores. Os agricultores utilizam a produção de orgânicos como meio de subsistência de sua família.

Pode se constatar que os agricultores familiares produtores de orgânicos da cidade de Ponta Grossa, apresentam algumas características semelhantes como: a produção das mesmas classes de produtos alimentícios, o principal canal de venda utilizado são os programas do governo PNAE e PAA, que o maior faturamento é obtido com a produção de olerícolas.

As principais diferenças encontradas entre os agricultores foram quanto: as características com relação a origem e o tempo de posse da propriedade, o tempo que o agricultor trabalha com a agricultura familiar, e a forma de determinar o preço de venda dos produtos.

Referências

AERTSENS, J.; et al. *Personal determinants of organic food consumption: a review*. British Food Journal, v. 111, p. 1140-1167, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO INSTITUTO BIODINÂMICO – IBD. *Serviços – Certificações*. Disponível em: <<http://ibd.com.br/pt/QuemSomos.aspx>> Acesso em: 23 jun. 2017.

AURIOL, E.; SCHILIZZI, S. G. M. *Quality signaling through certification in developing countries*. Journal of Development Economics, v. 116, p. 105-121, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>> Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Lei Nº 10831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>> Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.* Brasília: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006.

BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D.; GUANZIROLI, C. E. *Agricultura Familiar: Um estudo de Focalização Regional.* Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O437.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2017.

CAVALLET, L. E.; RIBEIRO, H. I.; MARTINS, C. B. *Cooperação técnica para certificação de agricultura orgânica na região litorânea do Paraná.* Revista Acadêmica de Ciências Agrárias Ambiental, Curitiba, v. 11, 2013.

CÉSAR, A. S. da; BATALHA, M. O.; PIMENTA, M. L. *A certificação orgânica como fator estratégico na governança das transações no mercado de alimentos.* Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 10, n. 3, p. 376-386, 2008.

COSTA, Z. da Fonseca; et al. *Características socioeconômicas da agricultura familiar produtora de milho: um estudo de caso dos produtores Pinhão-PR.* Ambiência Guarapuava (PR) v.10 n.3 p. 807 - 828 Set/Dez. 2014

DESANOSKI, K. M. C.; CHIES, C. *A agricultura familiar em Goioerê Paraná: importância para o desenvolvimento local.* IX EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica Campo Mourão, 27 a 31 de outubro de 2014.

EMATER. *Programas PNAE e PAA.* Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=148>> Acesso em: 22 jun. 2016.

FAO. OCDE – FAO Perspectivas Agrícolas 2015-2024. Disponível em: <www.fao.org/3/b-i4761o.pdf> Acesso em: 10 abr. 2017.

HSU, C. L.; CHEN, M. C. *Explaining consumer attitudes and purchase intentions toward organic food: Contributions from regulatory fit and consumer characteristics.* Food Quality and Preference, v. 35, p. 6-13, 2014.

JANSSEN, M.; HAMM, U. *Product labelling in the market for organic food: Consumer preferences and willingness-to-pay for different organic certification logos.* Food Quality and Preference, v. 25, p. 9-22, 2012.

LEE, H. J.; YUN, Z. S. *Consumers' perceptions of organic food attributes and cognitive and affective attitudes as determinants of their purchase intentions toward organic food.* Food Quality and Preference, v. 39, p. 259-267, 2015.

MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M. *Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor.* Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *PAA.* Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>> Acesso em: 22 jun. 2017.

MODEL, P. A.; DENARDIN, V. F. *Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matifeira – PR.* Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/456.pdf>.

MOREIRA, J. R.; et al. *Dimensões rurais de políticas brasileiras.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

PADOVAN, D. S. S. da; et al. *Transição agroecológica na agricultura familiar em Mato Grosso do Sul: alguns avanços e desafios.* Cadernos de Agroecologia, v. 9, n. 4, 2014.

RIBEIRO, R. R. M.; et al. *Associação da Feira do Produtor Rural de Maringá – AFPRM: Espaço Social de Convivência e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Perfil Socioeconômico dos Associados.* In: Congresso Internacional de Administração – ADM, Anais... Natal, 2016.

RICHARDS, T. J.; LIAUKONYTE, J.; STRELETSKAYA, N. A. *Personalized pricing and price fairness.* International Journal of Industrial Organization, v. 44, p. 138-153, 2016.

SEBRAE. *Certificação orgânica.* Disponível em: <<http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.4b18b1b9cd7bdc61ff704330a27fe1ca/?vgnnextoid=1e2fab7361d94510VgnVCM1000004f00210aRCRD>> Acesso em: 22 jun. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR – SEPAF. *Mapa da agricultura orgânica mostra oportunidades e gargalos.* Disponível em: <<http://www.sepaf.ms.gov.br/mapa-da-agricultura-organica-mostra-oportunidades-e-gargalos/>> Acesso em: 22 jun. 2017.

SIMIONI, F. J.; BINOTTO, E.; BATTISTON, J. *Informação e gestão na agricultura familiar da região oeste de Santa Catarina.* Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 11, n. 3, p. 152-177, 2015.



VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Ponta Grossa, PR, Brasil, 06 a 08 de dezembro de 2017

STEFANO, N. M. *Quadro atual dos produtos orgânicos e comportamento do consumidor.* Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 8, n. 1, 2013.

TSELEMPIS, D.; KARIPIDIS, P.; PAVLOUDI, A.; SEMOS, A. *Is quality certification in fruit and vegetable production a market-driven choice in Greece?* Agricultural and Food Economics, v. 3, p. 1-12, 2015.

VELDSTRA, M. D.; ALEXANDER, C. E.; MARSHALL, M. *To certify or not to certify? Separating the organic production and certification decisions.* Food Policy, v. 49, p. 429-436, 2014.